

UNIVERSIDADES E COMPETITIVIDADE SUSTENTÁVEL: NOTAS PARA DISCUSSÃO*

UNIVERSIDADES Y LA COMPETITIVIDAD SUSTENTABLE: NOTAS PARA EL DEBATE

Renato de Oliveira¹

RESUMO

A relação entre universidades e empresas é discutida à luz de uma economia baseada no conhecimento. Empresas densas em conhecimento, características dessa economia, organizam-se como empresas-rede, para as quais as relações com o contexto se orientam pelo binômio competitividade-cooperação. Parte das estratégias competitivas das empresas-rede, as relações de cooperação com universidades assumem o primeiro plano. Ao mesmo tempo, uma economia densa em conhecimento redefine as relações entre as próprias universidades, estabelecendo critérios de competitividade que superam o padrão clássico da competência acadêmica autorreferenciada. O artigo conclui com algumas considerações sobre as dificuldades de estabelecimento desse novo padrão em países da periferia do capitalismo mundializado.

Palavras-chave: Relação Universidade-empresa. Universidades e Nova Economia. Universidades e Capitalismo Periférico.

RESÚMEN

La relación entre universidades y empresas es discutida a la luz de una economía basada en conocimiento. Empresas densas en conocimiento, que constituyen una característica de esa economía, se organizan como empresas-red, estableciendo estrategias de relación con el contexto basadas en competitividad y cooperación. La relación con las universidades constituyen lo más importante de dichas estrategias. Al mismo tiempo, una economía basada en conocimiento impone nuevas relaciones entre las universidades ellas mismas, que desarrollan una competitividad que va más allá de la competencia académica autorreferenciada. El artículo concluye con consideraciones sobre las dificultades de desarrollo de ese nuevo marco referencial en los países de la periferia del capitalismo mundializado.

Palabras-clave: Relación Universidad-empresa. Universidades y Nueva Economía. Universidades y Capitalismo Periférico.

* Este texto foi redigido no segundo semestre de 2006, motivado pela experiência de um estágio pós-doutoral na Universidade Aberta da Catalunha – UOC, em Barcelona, Espanha, realizado entre 2005 e 2006.

¹ Professor Doutor do Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. E-mail: renato@orion.ufrgs.br.

INTRODUÇÃO

Transcorridas já algumas décadas desde que a globalização se impôs como um fato, o problema do desenvolvimento econômico e social parece ter se transformado em tema secundário, quando não claramente desconsiderado em benefício de apologias ético-finalistas da economia, segundo as quais o livre mercado estaria por si só, e finalmente, capacitado a desencadear os benéficos efeitos sistêmicos que brindariam à humanidade um futuro radioso. Convertido em sistema por força da crescente desregulamentação do mercado global, portanto livre, em tese, de injunções políticas, o capitalismo estaria apto a desenvolver sua própria lógica econômica como nunca antes o fora. Verdadeira máquina de geração de riquezas (BAUMOL, 2002), que, transformando conhecimentos em forças produtivas, superando limites até então naturais à produção econômica e tudo o que é sólido desmanchando no ar, o capitalismo estaria prestes a conduzir a humanidade à tão sonhada sustentabilidade do crescimento. Frente a este sistema, nada mais teríamos a fazer senão aprender e respeitar seus automatismos, renunciando aos valores que, até um passado recente, insistiam em colocar a justiça social adiante do funcionamento dos mercados como critério normativo extraeconômico.

Se a realidade é de fato promissora em termos dos benefícios que estão ao alcance da humanidade em escala nunca vista, ela é, no entanto menos idílica – ou menos trágica, se comungarmos do ponto de vista da Razão como condutora das ações humanas em busca da Ética, portanto, da necessidade de atribuição de um *sentido* às atividades humanas.

A busca de *sentido* na atividade econômica, como sabemos, é um dos temas centrais da sociologia compreensiva. Ela constitui o núcleo da famosa obra de Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, bem como informa seu sombrio diagnóstico sobre o futuro do capitalismo, quando conclui que “a raiz religiosa da humanidade econômica moderna está morta” e que “o ethos econômico (que) havia nascido sob o ideal ascético, é despido atualmente do seu sentido religioso” (WEBER, 1991, p. 386), tornando-se, o capitalismo, um mecanismo frio e sem sentido.

A propensão do capitalismo em transformar-se em *sistema* supressor da liberdade dos agentes está ainda na base do ceticismo de Weber quanto à possibilidade de constituição de uma ética laica, capaz de sustentar-se na força do sistema político como tal. Habermas retoma o problema, de forma explícita, definindo-o como programa de investigação (HABERMAS, 1992). Nessa perspectiva, sua proposição de uma ética da discussão constitui-se como possibilidade de submissão do sistema técnico-econômico a um *sentido*

permanentemente revisto e recolocado pelos próprios agentes. Ao invés de um *sentido dado*, característico das sociedades tradicionais, um *sentido* em permanente revisão através do contínuo exame dos seus pressupostos, inclusive à luz do próprio avanço técnico-científico.

Se a hipótese de recuperação da liberdade dos agentes com base nessa ética da discussão é uma hipótese ousada e, para dizer o mínimo, problemática, nos parece fora de dúvida que, no plano microsocial, ela já se constitui na saída possível para a convivência com avanços técnico-científicos cujas relações com o sistema econômico são mais do que evidentes, como é o caso manifesto dos comitês de ética envolvendo aspectos da terapêutica e da pesquisa nas ciências da vida e da saúde. Trata-se, sobretudo, do nosso ponto de vista, de uma hipótese que recoloca o *status* da ação política no centro da discussão sobre o futuro das sociedades avançadas, donde sua irrecusável atualidade.

É necessário reconhecer, desde logo, que o espaço para um “otimismo da razão” é tímido sob o capitalismo globalizado. Ele se apoia timidamente no fato de os países que, desde o início dos anos 90, experimentam um ciclo de crescimento econômico significativo, o planejamento público não foi superado. Consequentemente, a política e, com ela, o universo de valores que dão sentido à vida em sociedade ainda não foram definitivamente deslocados em favor da aplicação neutra de princípios de qualquer mecânica econômica. Mais do que dar rédeas soltas a automatismos de mercado, esses países experimentaram uma profunda redefinição do perfil dos seus sistemas econômicos, redefinição que, em maior ou menor medida, dependeu de decisões e iniciativas desenhadas no debate político. Tal redefinição, aliás, não envolveu apenas a vida econômica – ela envolveu todo um conjunto de instituições que, indo da normatização da vida social aos sistemas educacionais, passando pelas instâncias da cultura e da atividade científica, atinge os sistemas de personalidade social desses países e sociedades, abrindo caminho a um novo padrão de competitividade econômica baseada na inovação tecnológica em permanência.²

A parte mais visível dessa redefinição é o aumento do peso relativo dos setores econômicos densos em conhecimento, dos quais as novas tecnologias da informação e da

² É óbvio que não desconhecemos o debate atual sobre a “era do Império”, especialmente sua tese central, segundo a qual a estratégia de dominação do “Império” se baseia no binômio “guerra por mercados” e “mercados para a guerra”. Creio, no entanto, que esse debate apresenta uma dupla debilidade. Primeiro, parece revelar um singular desconhecimento da História. Afinal, nunca, na história da humanidade, a atividade econômica esteve desvinculada da guerra. Segundo, há um pseudomarxismo ingênuo em acreditar que as estratégias político-militares dos Estados nações são tão somente economicamente motivadas. São as empresas que buscam o poder econômico, utilizando-se, em grande medida, dos recursos dos respectivos Estados e, no caso das multinacionais, dos Estados alheios, enquanto os Estados buscam o poder político, utilizando-se, em grande medida, de recursos das empresas. Essa instrumentalização cruzada gera tensões das mais diversas ordens e o encontro dos mundos político e empresarial nas altas esferas do Estado e das finanças, embora revele fusão de interesses, não anula suas diferenças.

comunicação (TIC) constituem a expressão por excelência. Os dados mais recentes mostram que esse aumento se dá tanto pela emergência e pela consolidação de um setor produtor dessas tecnologias, quanto pela generalização da sua aplicação em outros setores da economia, transformando-os radicalmente (IVARS; IBAÑEZ, 2005). Ambos os processos não são necessariamente simultâneos, no sentido de que há países nos quais o emprego das TIC não tem qualquer correspondência com a respectiva capacidade de sua produção. Seu emprego, no entanto, é decisivo: se, até alguns anos, se duvidava do seu impacto no aumento da produtividade global de uma economia³, tendendo-se a situar este aumento no setor produtor de TIC propriamente dito e não no seu emprego em outros setores da economia, estudos empíricos mais recentes não deixam dúvidas sobre seu *status* de condição necessária para o aumento da produtividade global (NORDHAUS, 2002). Sua importância é suficientemente decisiva para que alguns autores falem em uma nova revolução tecnológica, à qual corresponde uma nova economia (CASTELLS, 2000; FORAY, 2000; NEEF, 1998; NORTON, 2001; RODRIGUES, 2002).⁴

AS UNIVERSIDADES E A NOVA ECONOMIA

Ora, as tecnologias surgem e desenvolvem-se em contextos culturais específicos, e um sistema econômico não é, em suma, senão um conjunto institucionalizado – articulado, portanto, com a esfera cultural da sociedade – de relações sociais de produção e distribuição de bens. Assim, se quisermos entender o que de fato ocorre nos países que ponteiaram o crescimento econômico mundial, devemos olhar para o que ocorre nos seus processos sociais institucionalizados.

³ É conhecida a afirmação de Robert Solow de final dos anos 80, segundo a qual o impacto das tecnologias da informação e da comunicação aparece em todos os lugares, salvo nas estatísticas. Atualmente, Solow faz parte de uma comissão de especialistas constituída pelo governo norte-americano com o objetivo de analisar o impacto das TIC na economia.

⁴ O debate sobre a inovação tecnológica e seus impactos nas economias avançadas é, compreensivelmente, dominado pelos *a priori*s da teoria econômica. Assim, no caso da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), o debate está centrado nos seus efeitos setoriais e sobre a produtividade total dos fatores (PTF), partindo-se do pressuposto de que a um aumento da eficiência global do sistema econômico (produtividade do trabalho pela intensificação do capital etc.) corresponde um impacto proporcional sobre a PTF (IVARS & IBAÑEZ, 2005). Levantamentos empíricos mais recentes, no entanto, demonstram diferenças significativas no incremento da produtividade econômica entre países com níveis similares de emprego das TIC. Tais diferenças parecem evidenciar que o uso destas é uma condição necessária, mas não suficiente, para o incremento da produtividade econômica e da agregação de valor aos produtos – em suma, para a inovação tecnológica como tal. Assim, um dos grandes teóricos da economia da inovação remete a explicação dessas diferenças a fatores de ordem institucional e cultural (GORDON, 2004). Fatores institucionais não são estranhos à análise de políticas concretas de inovação (LAREDO; MUSTAR, 2001). Quanto aos fatores de ordem cultural,

O primeiro fenômeno que nos chama a atenção, nesses países, é a mudança do papel das universidades nas respectivas economias. De fato, desde que estas passaram a ter uma importância reconhecida no desempenho dos sistemas econômicos, sua relação com a economia propriamente dita nunca deixou de ser vista como uma relação externa. Dito de outra forma, a lógica interna de funcionamento e desenvolvimento das universidades era vista como uma lógica extraeconômica, determinada, em última análise, pela lógica do desenvolvimento científico. Embora, já em meados do século XIX, universidades fossem pensadas com vistas ao desenvolvimento econômico e social (GEIGER, 1992), este era concebido como o resultado do processo de racionalização da vida, algo associado à difusa ideia de *progresso*, do qual a ciência e o saber universitários eram partes integrantes. Economia, ciência e tecnologia moviam-se na mesma direção, porém, constituindo sistemas distintos, suas interfaces eram episódicas e passageiras. Formando quadros profissionais com base na cultura do racionalismo científico e desenvolvendo conhecimentos e tecnologias, as universidades formavam uma espécie de reservatório desses itens à disposição de empresas e governos, que a ele recorriam em função de suas próprias necessidades.

As bases para a mudança desse paradigma constituíram-se na Segunda Grande Guerra, especialmente nos EUA e na Alemanha, quando houve um engajamento direto da alta pesquisa acadêmica no esforço bélico, o que supôs o início de uma interação efetiva entre cientistas, Estado e empresas do complexo industrial-militar. Finda a guerra, não só uma nova cultura científica estava formada, como uma nova demanda por produtos densos em conhecimento – inicialmente de natureza militar – gerou uma nova cultura tecnológica que impactou decisivamente a economia, dando ensejo à globalização (CASTELLS, 2001).

Dentre outros efeitos, a globalização muda radicalmente o padrão de competitividade entre as empresas. Em lugar do padrão de aumento da eficiência dos fatores de produção num cenário idealmente estático, com base em estratégias de crescimento paulatino de corporações centralizadas, rigidamente hierarquizadas e produtoras de bens standardizados, passa-se a um padrão de concorrência baseado na capacidade de inovação tecnológica permanente, num ambiente altamente instável e dinâmico, com modelos de produtos cada vez mais focados em necessidades específicas, reais ou virtuais. Assim, de empresas conservadoras do ponto de vista tecnológico, cuja demanda sobre as universidades girava em torno do recrutamento de recursos humanos qualificados, o eixo da demanda das empresas líderes dessa nova economia sobre as universidades desloca-se para a demanda tecnológica.

eles constituem o centro de uma teoria sociológica da inovação que busca justamente discutir princípios de ação inovadora (FLICHY, 1995).

Dir-se-ia, à primeira vista, que o papel das universidades na nova economia deriva do fato de sua aproximação ao mundo empresarial. Essa afirmação, no entanto, não constitui nem meia verdade. Na realidade, o que ocorreu foi uma evolução das universidades e das empresas em direção à nova economia, evolução que gerou transformações profundas em *ambas* as instituições.

No caso das empresas, assiste-se à emergência de *empresas-rede*, caracterizadas por uma organização interna que, ao longo de suas cadeias produtivas, confere ampla autonomia aos distintos momentos de agregação de valor aos produtos finais (VILASECA; TORRENS, 2003). Os agentes de cada fase do processo produtivo agem como nós de uma rede organizacional, buscando a máxima agregação de valor à respectiva fase operativa, cujos resultados são vistos como produtos em si mesmos. Em lugar de elos de uma cadeia hierarquizada submetida a um comando técnico centralizado, temos nós de uma rede horizontalizada e autogestionada em busca da inovação permanente em cada fase do processo produtivo.

Nesse novo modelo, não só a empresa-rede como seus distintos nós tendem a relacionar-se com o entorno não como um sistema exterior potencialmente hostil, mas como um universo de agentes com os quais as relações competitivas não excluem elos de colaboração e integração em atividades específicas, visando a produzir e/ou absorver conhecimentos que fortaleçam sua capacidade inovativa, aumentando assim seu coeficiente de sustentabilidade da ação competitiva. Nesse universo de agentes, as universidades, por razões óbvias, assumem importância decisiva do ponto de vista das empresas-rede. Assim, nos setores de ponta da nova economia, isto é, nos setores intensivos em conhecimento, torna-se cada vez mais difícil e, em alguns casos virtualmente impossível, distinguir entre a atividade acadêmica e a atividade empresarial. Não só laboratórios de pesquisa são compartilhados, nos quais o propósito comum de inovação torna obsoleto o par oposto pesquisa & desenvolvimento, como os agentes individuais eles mesmos exercem papéis mutáveis e altamente dinâmicos nas redes de trabalho que se produzem, transitando indistintamente por seus vários “nós”, atuando ora como pesquisadores, ora como empresários, ora como gestores de estratégias empresariais, ora como gestores acadêmicos, não raro acumulando vários papéis ao mesmo tempo.

Na medida em que as universidades passam a integrar as redes econômicas que impulsionam a nova economia, o próprio sistema universitário torna-se um sistema competitivo, ainda que essa competitividade não possa ser confundida com a competitividade empresarial em sentido estrito. A falência de uma empresa, como resultado do seu fracasso na

competitividade interempresarial, provavelmente nunca será um modelo para explicar o fracasso de uma universidade. O fracasso de uma universidade expressa-se sutilmente e ao longo de um período de tempo – como a pluma, ela cairá lentamente, para dizermos como Mallarmé, e provavelmente nunca chegará à sua falência, entendida como extinção pura e simples, em razão disso. Provavelmente continuará sempre e apenas se manifestando através da mediocridade – mas certamente, na nova economia, a mediocridade universitária será cada vez menos tolerada.

Como em qualquer sistema competitivo, na competitividade interuniversitária, cada universidade busca fortalecer sua posição relativa no sistema de universidades, através, como é óbvio, da sua qualidade acadêmica. De pouco vale, no entanto, a exibição desta pelos padrões tradicionais (publicação de *papers* etc.), se ela não se manifestar igualmente na capacidade de estabelecer interfaces com as empresas-rede, isto é, com as empresas densas em conhecimento. Essa interface, por sua vez, evanesce a velha distinção entre o “tempo acadêmico” e o “tempo empresarial”, velho obstáculo que se interpunha às velhas políticas de integração universidade-empresa. O velho “tempo acadêmico” e o velho “tempo empresarial” evanescem-se face às exigências da nova economia, não apenas superados pela velocidade das tecnologias da comunicação em tempo real, mas pela nova configuração da relação risco/benefício no contexto da nova economia. Não apenas o conhecimento contemplativo – velha idealização que até um passado recente abrigava alguns acadêmicos das intempéries da vida real –, como a exigência de resultados imediatos – que até um passado recente abrigava os administradores de empresas de desafios empreendedores para além da estreiteza dos seus hábitos de negócios –, desmoronam sob as exigências da inovação tecnológica permanente, que atinge todas as esferas da vida social e econômica. Menos que a mediocridade universitária, a nova economia não tolera a mediocridade empresarial.

Signo mais palpável da mudança no perfil de atuação das universidades, multiplicam-se, nestas, os escritórios de transferência de tecnologia, buscando estabelecer, mais do que pontes entre a oferta (âmbito das universidades) e a demanda (âmbito das empresas) tecnológicas, um elo de interação permanente entre ambas. Mais do que os casos de sucesso produzidos no âmbito dessas iniciativas, no entanto, importa refletir sobre os fracassos, que não são poucos. Normalmente, eles são creditados às dificuldades e mesmo à incapacidade das instituições universitárias como tal de adaptarem-se às novas condições de tráfego abertas por essas pontes. Assim, como exemplo paradigmático, a *cultura acadêmica*, que continuaria a privilegiar a publicação de *papers* em lugar do esforço na obtenção de patentes tecnológicas (certamente mais onerosas e com impacto medíocre nos *citation index*),

é comumente apontada como responsável por tais dificuldades. Raramente examina-se o papel das empresas propriamente ditas na produção de tais fracassos. No entanto, uma *cultura empresarial* limitada à rentabilização imediata de ativos disponíveis frequentemente gera atitudes avessas às inovações tecnológicas, vistas desdenhosamente como o “sentimento um tanto artístico” incompatível com o pragmatismo econômico de que falava Schumpeter (SCHUMPETER, 1982, p. 15). Ora, numa fase de transição para a nova economia, essa atitude é fatal.

A BASE TECNOLÓGICA DA NOVA ECONOMIA NO INTERIOR DAS UNIVERSIDADES

Se há uma mudança na relação entre as universidades e as empresas motivada pela emergência das empresas-rede, outro elemento atua no interior das próprias universidades, ampliando seu papel de instituições dinamizadoras da vida social e econômica: a utilização das TIC no processo de ensino-aprendizado.

A utilização das TIC permite, antes de tudo, revolucionar os métodos pedagógicos, liberando os estudantes do verdadeiro fardo que significa aprenderem todos a mesma coisa, no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Podendo os estudantes manejar a informação de forma autônoma, a relação pedagógica adquire outra qualidade. De *a lumni*, “sem luz”, os estudantes evoluem para o engajamento ativo no exame dos temas relevantes à sua formação, traçando um caminho de descobertas no qual o elemento diferencial que os professores têm a agregar é, no final das contas, a maior experiência. A ideia do *seminário*, como método de exame e discussão livre de textos e temas por professores e estudantes, que possibilitou romper com a dogmática da tradição escolástica no ensino superior (ainda assim, e até muito recentemente, restrito à pós-graduação), pode ser generalizada a todo o ensino universitário e, agora, não mais limitada à presença física do grupo de alunos e professores em torno do substrato físico do texto. O *seminário* pode se desenvolver no ambiente virtual, onde cada um, na medida de sua habilidade e experiência, pode buscar a informação que considerar mais adequada para sustentar sua argumentação no debate coletivo.⁵ Além disso, as novas formas de gestão do

⁵ Qualquer pessoa medianamente informada sobre as transformações em curso no ensino superior percebe o alcance dessas transformações. Pessoalmente, tive a oportunidade de viver uma experiência estimulante sobre esse fenômeno, como docente de uma disciplina de graduação na Universidade Aberta da Catalunha (UOC), em Barcelona, Espanha, no segundo semestre de 2005. Tendo alunos de toda a Espanha, com exceção da própria Catalunha (a disciplina desenvolvia-se no idioma castelhano), conheci pessoalmente, de uma forma que até hoje não me foi possível em minhas turmas presenciais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quase trinta pessoas com atividades tão distintas quanto as de um suboficial da Polícia Nacional da Espanha servindo num

conhecimento possibilitadas pelas TIC, sobretudo pelas tecnologias de compatibilização e interoperabilidade de distintas bases de dados com vistas a objetivos específicos de aprendizado, bem como a massa de dados que pode ser disponibilizada através de repositórios virtuais de informação imediatamente acessíveis (as *bibliotecas digitais*) (Usero & Navara, 2006), permitem a integração de distintos campos de conhecimento num mesmo processo formativo. Apenas como exemplo, a integração do ensino de artes e humanidades na formação básica dos engenheiros, que num *Massachusetts Institute of Technology* implicou anos de debate para a superação de dificuldades culturais e institucionais internas até ser implantado (WILLIAMS, 2004), poderá se transformar em realidade corrente, com óbvias consequências do ponto de vista da mentalidade e da capacidade inovadora dos futuros profissionais.

Mas além dessa revolução nos métodos pedagógicos, o uso das TIC no ensino superior pode desencadear uma verdadeira revolução na relação entre as universidades e as demais instituições do ambiente social, político, econômico e cultural, através da configuração do *campus* virtual e das distintas formas de acesso que ele permite. Eliminadas as barreiras físicas e de tempo para acesso a um *campus* universitário, abrem-se possibilidades de programas de ensino/aprendizado fundadas na constituição de redes agrupando instituições tão distintas como universidades, empresas públicas e privadas, órgãos públicos e organizações sociais as mais diversas, sem que, para isso, seus participantes necessitem suspender temporariamente suas atividades. Programas, em suma, capazes de integrar as mais diversas experiências e atividades profissionais com a metodologia do ensino superior (o raciocínio abstrato, a sistematização e a contextualização crítica de conteúdos etc.).⁶

pueblo com vinte casas (“*de las cuales cuatro habitadas en permanencia*”, me informou o aplicado aluno) que tive sérias dificuldades para encontrar no mapa, e as de um diretor de agência de publicidade de Madrid, num grupo que incluía funcionários públicos, executivos de empresas privadas e instituições financeiras, além de duas donas de casa. Orientar um debate entre esse grupo de alunos sobre a situação e as perspectivas do uso das TIC na Espanha (tratava-se de uma disciplina de Economia do Conhecimento) constituiu-se num aprendizado intenso, não apenas pela massa de dados levantados pelos próprios estudantes junto a diversas fontes acessíveis por Internet, como pelas reflexões que as acompanhavam. Retenho duas: “*Hay que pensar en una política de uso de las TIC, que necesariamente alargan los horizontes de autonomía para las iniciativas individuales en base a la información fiable, en el marco de cuerpos funcionales, como el de la Policía, basados en estatutos jurídicos de una jerarquía muy estricta*”, sustentava o funcionário da Polícia Nacional. “*Cuando pienso en mi hogar como nudo de una red que conectaría la escuela, el almacén, la oficina y todo, se encargando de todos los automatismos de la vida cotidiana, sueño con lo que podría yo hacer de mi vida*”, sonhava uma dona de casa.

⁶ Em recente evento organizado pelo *European Institute for Advanced Studies in Management*, Nick Oliver e Jochen Runde, da Universidade de Cambridge, apresentaram interessante comunicação sobre a criação de seis programas de Master naquela universidade “combinando ciência, engenharia e negócios, explicitamente modelados em programas similares oferecidos pelo MIT”. Argumentam que “embora a transferência do conteúdo de cada programa foi relativamente simples, o verdadeiro desafio consiste em criar fluxos de informação inter-departamentais, processos decisórios e sistemas de alocação de recursos necessários para programas verdadeiramente inter-disciplinares” (OLIVER; RUNDE, 2006).

Em suma, o sucesso nas relações entre universidades e empresas depende de um contexto que favoreça as inovações tecnológicas. Tal contexto não se produz por automatismos de mercado: ele é resultado de decisões e ações políticas. Ainda que possamos falar de um círculo virtuoso da riqueza, no qual elementos de natureza cultural jogam um papel-chave, gerando, de parte dos consumidores, atitudes positivas em face das inovações introduzidas no mercado e resultando numa demanda capaz de sustentar os investimentos em inovação⁷, estes, por si sós, não seriam possíveis sem o desenvolvimento concomitante de políticas públicas que, indo do financiamento aos investimentos de risco e ao consumo de bens finais, passando por reestruturações nos sistemas de ensino e formação de recursos humanos, alcançam a constituição de comitês de formulação de estratégias que confrontam diferentes pontos de vista sobre a trama de interesses econômicos de uma sociedade numa lógica de constituição argumentativa de pactos de iniciativas. É esse processo, o qual se define na esfera pública das sociedades, que define os horizontes estratégicos para o crescimento econômico.

AS UNIVERSIDADES E O PODER PÚBLICO SOB A NOVA ECONOMIA

O exposto mostra a importância definitiva de um terceiro agente na trama de relações que constitui a nova economia: o Poder Público. Concretamente, é o *planejamento público* que define o horizonte possível das realizações e ganhos privados na nova economia.

Evidentemente, não é mais possível pensar o Poder Público como o Estado que, refletindo a idealização de uma economia nacional autárquica, tendia à consolidação de uma burocracia idealmente alheia aos conflitos sociais, burocracia para a qual o “interesse nacional”, não raro se contrapondo às demandas econômicas e sociais imediatas, era a medida certa da reprodução das suas condições de existência como corporação social distinta. Sob as condições da nova economia, esta invade a esfera pública, o que necessariamente altera as condições de ação do Poder Público. A competitividade econômica no plano internacional, determinada, sobretudo, pelas possibilidades de acesso à informação em tempo real e em escala global por parte dos agentes econômicos, relega ao passado as políticas de desenvolvimento baseadas unicamente em estratégias defensivas de proteção dos mercados nacionais. As novas condições de competitividade econômica mundial fazem com que a

⁷ Foi Alan Greenspan, ex-presidente da Reserva Federal dos EUA, quem tornou famosa a expressão “círculo virtuoso da riqueza”. Com ela, queria referir-se ao impulso que a demanda exercia sobre os extraordinários

dinâmica da globalização (isto é, a mundialização da economia) interfira diretamente nas dinâmicas nacionais e microrregionais. O global e o local apresentam-se como as duas faces de uma mesma economia mundializada.

Principal consequência dessa interpenetração, a valorização da informação e do conhecimento como principais ativos da nova economia corrói a posição econômica dos velhos supridores de matérias-primas e mão-de-obra que, no contexto da divisão internacional do trabalho da economia industrial, conseguiam garantir relativa estabilidade econômica para as respectivas elites. A recuperação da posição econômica desses países, como demonstram inúmeros exemplos, só é possível através de um salto tecnológico que lhes permita disputar um lugar no núcleo orgânico da nova economia mundial, democratizando internamente suas economias. Esse salto só é possível através do investimento nos respectivos sistemas educacionais e de pesquisa, de um lado, e, de outro, no reordenamento das relações institucionais nas quais se movem os distintos agentes econômicos, sociais e políticos, de forma a permitir a valorização da informação e do conhecimento como ativos econômicos principais.

Isso nos ajuda a compreender as dificuldades de certos países ou regiões que, apesar de contarem com os meios necessários para dar o salto (boas universidades e bom domínio da base tecnológica da economia industrial), não o fazem. Tudo se passa como se certos países ou regiões só soubessem realizar atividades típicas da semiperiferia da economia mundial (ARRIGHI, 1997). Na realidade, o que ocorre aí é a dificuldade para se quebrarem as alianças de interesses, entre governos e empresariado, típicas da inserção dependente nas relações econômicas internacionais geradas pela economia industrial. Na medida em que essa inserção determinava, internamente, uma economia pobre em conhecimento, as alianças entre empresariado e governos visando à sua reprodução, bem como o contexto institucional no qual elas se produziam e se produzem, tendiam e tendem à marginalização das universidades dos centros de decisão política (OLIVEIRA, 2007).

aumentos de oferta da economia americana, vinculados aos incrementos de produtividade consequentes ao investimento em tecnologias digitais.

AS DIFICULDADES DO CASO BRASILEIRO: COMO PENSAR UMA UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA À NOVA ECONOMIA NAS CONDIÇÕES DA SEMIPERIFERIA?

Nas condições da semiperiferia, uma vez afastadas dos centros de decisão política e da atividade econômica como tal, a qualificação das universidades depende do peso simbólico do estamento intelectual no complexo das relações político-institucionais, resultantes do longo processo de consolidação das identidades nacionais, como no caso de alguns países que formavam, até recentemente, a periferia europeia, ou, como no caso brasileiro, das origens desse estamento dentro do próprio estamento oligárquico, o que lhe habilitou negociar, com este, o investimento de parte do excedente econômico em atividades culturais e científicas, sem qualquer relação com a atividade econômica como tal.

No caso brasileiro, a atitude aberta à modernidade, que caracterizou a imensa maioria da intelectualidade desde que seus integrantes desenvolveram um papel definido e socialmente diferenciado, jamais conseguiu quebrar a aliança de interesses que sempre pautou a conduta de um empresariado culturalmente voltado à rentabilização máxima de ativos primários no mercado internacional, com governos cuja preocupação dominante, quando não exclusiva, foi a de manter as condições internas (jurídicas, econômicas e institucionais) necessárias àquela rentabilização. Assim, se para o estamento empresarial a atitude típica foi a de considerar que uma empresa não vale verdadeiramente a pena enquanto não for uma espécie de mina de ouro (FERNANDES, 1976), de parte dos intelectuais, a atitude dominante foi a frustração e o fatalismo, expressos no desalento de expressões como “no Brasil é assim mesmo” (TEIXEIRA, 1989).

Na ausência de uma efetiva base social e política de sustentação do projeto da Modernidade, a Universidade brasileira viu-se desde cedo emasculada de seu potencial criativo. A interrupção do projeto da Universidade do Distrito Federal, nos anos 30, bem como a intervenção armada sobre a Universidade de Brasília, nos anos 60, mostram a persistência continuada dessa atitude no âmago mesmo do século que viu nascer esta instituição no Brasil.

A evolução da situação brasileira nos últimos 40 anos (grosso modo, desde a última reforma do ensino superior, ainda durante a ditadura militar) pode ser elucidativa sobre as dificuldades de integração das universidades em projetos de desenvolvimento sustentado na intensificação da competitividade com base na inovação tecnológica. As vacilações das políticas governamentais recentes para o setor, indo desde a aposta na expansão da oferta de

ensino superior via mercado privado com a manutenção de algumas instituições públicas como referência de qualidade – característica da política do Governo Fernando Henrique –, até as atuais tentativas de utilização das universidades como instrumentos de integração simbólica da população socialmente excluída – característica do atual governo –, devem ser compreendidas no contexto de uma política econômica que manifestamente despreza as possibilidades de transição para a nova economia. Tal desprezo se tornou manifesto nos planos de estabilização econômica ao longo dos anos 80 e 90, quando, em nome da urgência das iniciativas, combinaram-se medidas de ortodoxia no plano da administração financeira, com o incremento da capacidade de produção de excedente pelos setores tradicionais da economia brasileira, incluindo a intensificação da exploração da mão-de-obra, fórmula que constitui o núcleo estrutural das políticas econômicas desde então.

Na realidade, tal desprezo revela o peso político dos setores ditos “maduros” da economia brasileira, bem como sua estratégia de rentabilização máxima de ativos tradicionais. O fato de o Estado não se afastar dessa estratégia – especialmente sob o atual governo, cujas origens político-ideológicas pareciam credenciá-lo ao rompimento com a lógica da dependência – mostra duas coisas: de um lado, no que respeita aos aspectos funcionais e de capacitação do Estado, a ausência de uma burocracia pública estável e culta, capaz de formular e gerir políticas públicas; de outro, no que respeita às bases políticas desse Estado, revela a identidade de amplos setores sociais, não apenas restrito ao empresariado, com as vicissitudes da economia semiperiférica.

Em outras palavras, setores ponderáveis da sociedade, incluindo os trabalhadores e suas organizações, veem no modelo econômico da dependência virtudes, na medida em que, em tese, ele é capaz de responder rapidamente à demanda por empregos, principalmente através da expansão do modelo industrial tradicional. Assim, à pressão dos setores “maduros” e de baixo valor agregado da economia, o Estado vê somar-se a pressão dos setores “populares” (via dirigentes de organizações sociais e, o que é decisivo nas condições brasileiras, via uma “opinião pública” em grande parte fabricada pelos meios de comunicação) em favor de subsídios e incentivos àqueles setores, esvaziando as bases sociais de uma política de incentivo à inovação tecnológica.

Nesse contexto, a Universidade vê estreitarem-se as margens seja de sua autonomia acadêmica, seja das políticas públicas de que é objeto, compelida que é a responder às demandas sociais mais urgentes “de um país como o nosso”⁸. De outro lado, a revolução

⁸ Em uma mesa-redonda realizada durante o II Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, da qual participou o autor deste artigo, o então Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, recém-empossado no cargo, declarou

pedagógica propiciada pelas TIC, implementada sem qualquer marco regulatório que garanta o sentido público do ensino superior com seus corolários de qualidade acadêmica e pertinência social, fortalece lógicas mercantilistas que veem o ensino a distância como possibilidade efetiva de ampliação do mercado educacional.⁹

Em suma, não são visíveis as bases sociais para uma política de desenvolvimento. A lógica patrimonialista imperante na vida econômica contamina as outras esferas da vida social. O Estado toma os interesses vigentes no sistema econômico como dados imperativos, buscando administrar problemas no curto prazo e excluindo do seu horizonte o longo prazo.

É possível à Universidade romper o círculo vicioso daí decorrente? Para isso, ela teria que se transformar num fórum permanente de debate e problematização da vida social, contestando os limites que os valores tradicionais e as formas costumeiras de análise dos problemas sociais impõem à percepção dos sujeitos. Menos diálogo e mais contestação – talvez essa seja a exigência paradoxal dirigida à Universidade brasileira neste início de século.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. A ilusão desenvolvimentista: uma reconceituação da semiperiferia. In: ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

explicitamente que: 1) os cursos de economia das universidades brasileiras não haviam produzido até então nada de relevante para a compreensão do problema da fome no Brasil (no que foi peremptoriamente contestado por integrantes da assistência, que o convidaram a visitar os estandes de livros no próprio Fórum Mundial); 2) que os professores de Física das universidades brasileiras deveriam suspender suas pesquisas por um período de cinco anos para se dedicarem à formação de professores para o ensino de ciências no primeiro grau.

Poder-se-ia argumentar que uma maior aproximação entre as universidades e o mundo empresarial compromete igualmente a autonomia universitária. É conhecido, aliás, o argumento de que tal aproximação implica o risco de “determinadas pesquisas” não serem realizadas, limitando-se as universidades ao interesse das empresas. Creio que esse argumento é inconsistente por duas razões. Primeiro, porque tal aproximação não pode ser vista fora do contexto das transformações que têm lugar na nova economia, sintetizadas no fato de o ativo econômico principal ser o conhecimento e o fator diferencial da competitividade empresarial ser a capacidade de produção de conhecimento. Ou seja, não se trata de aproximar a universidade de empresas tradicionais, mas de compreender as transformações sofridas pelas duas instituições num contexto econômico, social e cultural global. Segundo, porque as empresas ainda são o meio mais eficiente de difusão da inovação numa sociedade, gerando externalidades que, cedo ou tarde, impactam a economia como um todo. Isso não exclui, obviamente, inúmeras iniciativas que se produzem fora do campo econômico, entre as quais se incluem as chamadas “tecnologias sociais”, que significam, em muitos casos, a diferença entre a vida e a morte para milhares ou milhões de pessoas excluídas da economia de mercado. A responsabilidade da Universidade em dar suporte a essas iniciativas é evidente. É necessário ter presente, no entanto, que essas iniciativas constituem uma necessidade imposta pela ausência de políticas de desenvolvimento econômico e social e, segundo, ao dar-lhes suporte, a Universidade não pode substituir o Estado como tal na elaboração e no suporte de políticas sociais.

⁹ Sobre a necessidade de políticas públicas que garantam a qualidade do ensino a distância na América Latina, veja-se SILVIO, J. *Hacia una educación virtual de calidad, pero com equidad y pertinencia*. RUSC (*Revista Universidad y Sociedad del Conocimiento*), vol. 3, n. 1, 2006. Disponível em: www.uoc.edu/rusc/3/1/dt/esp/silvio.html.

BAUMOL, W. J. **The free-market innovation machine: analyzing the growth miracle of capitalism.** Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 2002.

CASTELLS, M. **La Galaxia Internet.** Barcelona: Areté, 2001.

_____. **La sociedad red.** Madrid: Alianza Editorial, 2000.

FLICHY, P. **L’Innovation Technique. Récents développements en sciences sociales, vers une nouvelle théorie de l’innovation.** Paris: La Découverte, 1995.

FORAY, D. **L’économie de la connaissance.** Paris: La Découverte, 2000.

GEIGER, R. L. The Historical Matrix of American Higher Education. **History of Higher Education Annual**, 1992, p. 7-28.

GORDON, R. J. **Why was Europe left at the Station When America’s Productivity Locomotive Departed?** Centre for Economic Policy Research (CEPR), Working Paper, Londres, 2004. Disponível em: <<http://www.cepr.org/pubs/new-ps/dplist.asp?dpno=4416>>. Acesso em: 08 abr. 2006.

HABERMAS, J. **De l’éthique de la discussion.** Paris: Éditions du Cerf, 1992.

IVARS, M. M.; IBÁÑEZ, J. Q. **Las nuevas tecnologías y el crecimiento económico en España.** Bilbao (ES): Fundación BBVA, 2005.

LARÈDO, P.; MUSTAR, P. **Research and innovation policies in the new global economy.** An international comparative analysis. Cheltenham/UK/Northampton MA, USA: Edward Elgar, 2001.

NEEF, D. **The Knowledge Economy.** Boston/Oxford: Butterworth-Heinemann, 1998.

NORDHAUS, W. D. Productivity Growth and the New Economy. **Brookings Papers on Economic Activity**. 33(1): 211-265, 2002. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8096>>. Acesso em: 20 out. 2006.

NORTON, R. D. **Creating the new economy.** The entrepreneur and the US resurgence. Cheltenham / Northampton, Edward Elgar, 2001.

OLIVEIRA, R. d. Global challenges for higher education in Brazil. In: RUOHOTIE, P.; MACLEAN, R. (eds.). **Communication and learning in the multicultural world.** Hämeenlinna (F); Helsinki (FI: University of Tampere / OKKA Foundation, 2006, v. 1, p. 255-300.

OLIVER, N.; RUNDLE, J. **Creating Cross-Disciplinary Graduate Programmes in a Traditional Educational Environment.** 2nd. Workshop on the Process of Reform of University Systems. EIASM, Veneza (IT), 3-6 de maio, 2006.

RODRIGUES, M. J. **The New Knowledge Economy in Europe**. A Strategy for International Competitiveness and Social Cohesion. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2002.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVIO, J. Hacia una educación virtual de calidad, pero com equidad y pertinencia. **Revista Universidad y Sociedad del Conocimiento**, vol.3, n. 1, 2006.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

USERO, José Angel M.; NAVARRA, P. L. La interoperabilidad de los contenidos en las plataformas de e-learning: normalización, bibliotecas digitales y gestión del conocimiento. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)**, v. 3. n. 2 (2006).

WEBER, M. **Histoire économique**. Esquisse d'une histpoire universelle de l'économie et de la société. Paris: Gallimard, 1991.

WILLIAMS, R. **Cultura y cambio tecnológico**: el MIT. Madrid: Alianza Editorial, 2004.